



VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES: A QUESTÃO DO ESTUPRO

Júlia Alessa Zanella Martins (e-mail: juliaazm@outlook.com) – UEMS/Direito

Resumo

A cada uma hora, 100 mulheres sofrem algum tipo de violência no Brasil, segundo dados do 15º Anuário de Segurança Pública. Mulheres são denominadas como “sexo frágil” por aqueles que ainda possuem pensamentos que já deveriam ter sido superados nos últimos anos e, por essa denominação, são alvos de diversos tipos de violência. De acordo com juiz titular do 2º Juizado de Violência Doméstica de Belo Horizonte, Marcelo Gonçalves de Paula, algumas mulheres ainda são submetidas a uma visão de coadjuvantes no papel social e muitos homens acreditam ter o direito de domínio forçado dos corpos femininos e, esse pensamento é estopim para violência e crimes de toda ordem contra mulheres. Nem mesmo dentro de suas próprias casas, onde deveriam se sentir seguras, mulheres e meninas acabam encontrando um local de sofrimento. Pais, avôs, tios, irmãos e primos, que deveriam ser personagens de proteção, se tornam os vilões da história. Mulheres não possuem o “luxo” de conseguirem descansar após a morte, pois, mesmo depois de tal circunstância, mulheres correm o risco de terem seus corpos invadidos, como no caso da atriz Marilyn Monroe, que teve seu corpo desaparecido por seis horas depois de sua exumação. Uma a cada quatro mulheres sofreram algum tipo de violência durante a pandemia no Brasil, segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. A pesquisa tem como objetivos salientar os números de casos de violência contra o gênero feminino, também, servir como alerta, utiliza como metodologia a leitura de artigos científicos previamente publicados, de autoria nacional e internacional. Possui como propósito aumentar a divulgação desse tema que pode ser delicado para que mais mulheres se tornem cientes sobre os riscos que perduram em todos os locais e horários.

Palavras-chave: Violência; Brasil; Mulheres.



PESSOA IDOSA E NEGRA: EXCLUSÃO NO ÂMBITO SOCIAL E DIGITAL

Gabriele Eurides Rodrigues¹

Léia Comar Riva²

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a pessoa idosa e negra a partir do acesso ou da falta de acesso aos meios digitais. Visto que o acesso à informação e a inclusão digital são direitos fundamentais assegurados no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, para facultar um efetivo envelhecimento digno. O procedimento metodológico constitui-se de pesquisas bibliográficas e documentais fundadas na discussão teórica do material levantado e da análise interpretativa. Após a coleta e a análise parcial dos dados levantados percebemos, as causas resultantes de um não envelhecimento saudável, acompanhado com suas consequências. Além de todas as dificuldades que o idoso sofre desde as mudanças físicas, fragilidades da saúde a exclusão social. O mais preocupante é saber como está o andamento de todas essas mudanças relacionadas com a melhor qualidade de vida e envelhecimento digno do idoso negro. Visto que com o aumento da população idosa e negra na sociedade brasileira é importante pensarmos em mecanismo para reduzir essas desigualdades nos grupos de vulnerabilidade do nosso meio, por isso a importância de desenvolver estudos e discussões para a melhor forma de abordar, entender e auxiliar no combate a discrepância entre a população e a qualidade de vida e inclusão social.

Palavras-chave: Direitos fundamentais; Exclusão digital; Minorias; População idosa e negra.

¹ euridesgabriele0@gmail.com - Discente do curso de Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Paranaíba – MS.

² Docente do curso de Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba – MS.



OS RETROCESSOS EMPREENDIDOS PELO (DES)GOVERNO BOLSONARO NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL (LEI 10.216/01)

Marcela Gomes Marques (marcela_gomes23@hotmail.com – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Pós-graduação em Políticas Públicas, Cultura e Sociedade)³

Resumo

A Política Nacional de Saúde Mental (lei 10.216/01) foi uma conquista coletiva, recente e demorada. Desde sua implementação, em 2001, houve avanços na forma de conceber o cuidado às pessoas com transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental mais humanizado e menos hospitalocêntrico. No entanto, desde sua regulamentação a lei sofre ataques que encaminham para seu desmonte, evidenciando o desejo político e econômico de retornar às práticas neoconservadoras manicomiais de cuidado. Desta maneira, a presente pesquisa objetiva sistematizar quais foram as últimas alterações da lei 10.216/01 realizadas nos anos de 2018 a 2022, sob o governo neoliberal de Jair Messias Bolsonaro, a fim de compreender quais foram os retrocessos empreendidos que inviabilizam a garantia de direitos dos usuários, assim como possibilitar reflexões críticas que contribuam para pensar nas lacunas existentes na Política Nacional de Saúde Mental. Os dados atualizados demonstram algumas falhas na garantia de direitos previstos em lei: incentivo ao tratamento asilar, contraditório ao texto jurídico que prevê a internação somente em última instância; investimento em Comunidades Terapêuticas e alternativas filantrópicas religiosas, em vez de investir na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), promovendo o sucateamento dos serviços e ações de saúde; e desresponsabilização do dever do Estado, delegando funções de cuidado em saúde mental a hospitais e entidades particulares. Para tanto, espera-se que a pesquisa possibilite novas discussões que corroborem para (re)pensar na formulação de novas Políticas Públicas em Saúde Mental, cuja centralidade esteja no indivíduo e suas necessidades, e não na lógica mercantil de transformar um direito básico como a saúde em mercadoria.

Palavras-chave: Política Pública; Saúde Mental.

³ Pós-graduanda em Políticas Públicas, Cultura e Sociedade (UEMS).



A POLÍTICA IDENTITÁRIA DO BOLSONARISMO E A BUSCA POR UMA SOCIEDADE UTÓPICA

Eduarda Bagatini dos Santos⁴

Resumo

Com as eleições de 2018, ficou claro que Jair Bolsonaro tinha conquistado uma rede forte de eleitores, que permanece até hoje. Para iniciarmos essa discussão sobre a formação do político-identitário no Bolsonarismo, é necessário entender primeiramente como que se deu a formação desse grupo. De acordo com Prette (2003) A identidade social do indivíduo e seu sistema de crenças se reproduzem no contexto das interações sociais. O autor exemplifica utilizando dois tipos de grupos, os duradores e os efêmeros, o primeiro se dá pelas organizações sociais e instituições, e o segundo a partir dessas interações sociais e conseqüentemente o processo de identificação entre seus membros, assim, encontrando a base para a formação da identidade social por conta das crenças e comportamentos a ela associados. Com base nesse conceito, busco entender quais os fatores que propiciaram a constituição desse grupo presente no bolsonarismo. A começar pela crise econômica que norteou grande parte da população para as ideologias de direita com base em políticas neoliberais. No entanto, quem acompanha a trajetória política de Bolsonaro sabe que esse não é o único discurso por ele pregado, apresentando inúmeras contradições, mas todas elas resultam em algo em comum, a intolerância. Para Starling (2022) o impeachment de Dilma Rousseff tinha aberto uma porta que mobilizaria o processo político de Jair Bolsonaro. Conseguiu nortear uma população frustrada, com um discurso aparentemente caótico, defendendo a ditadura militar, a ordem, os bons costumes, a família tradicional, fazendo também comentários incitando ódio àqueles que se opunham ao seu posicionamento político. Para isso, farei uma revisão bibliográfica, sendo uma pesquisa de natureza explicativa bibliográfica. Por fim, com base nas leituras de Starling (2022), Solano (2019), Campean (2019), Sousa (2021), entre outros, vê-se a necessidade de entender esse fenômeno que tanto ameaça a democracia Brasileira, e atacando diretamente os direitos humanos das minorias. O que nos leva a tentativa de entender como que Bolsonaro legitimou 57 milhões de brasileiros com um discurso reacionário, que busca trazer pro presente um passado que nunca existiu, fazendo esse grupo acreditar na volta de uma sociedade ordenada que foi “roubada” dos brasileiros.

Palavras-chave: Bolsonarism;, Democracia; Político-identitário.

⁴ Graduanda do Curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
dudasbagtini@gmail.com



VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: OS DESAFIOS DA MULHER PARLAMENTAR NO CONGRESSO NACIONAL

Yasmym Caroline Oliveira de Oliveira⁵
Ingrid Viana Leão⁶

Resumo

A Violência política de gênero é uma problemática bastante recorrente entre as mulheres parlamentares, possuindo maior incidência entre as mulheres negras e trans. No Brasil, evidencia-se que a violência política contra as mulheres se inicia juntamente com a campanha eleitoral, persistindo na atuação política dentro das Casas Legislativas. Destaca-se que essa forma institucionalizada de violência na sociedade brasileira decorre de um contexto histórico em que a ideologia patriarcal segregou a população feminina dos debates políticos, ignorando a sua voz e papel social. O processo de ocupação das mulheres nos espaços políticos foi marcado por lutas e mobilizações, que garantiram, em certa medida, direitos políticos básicos. A percepção de que as mulheres ultrapassaram barreiras impostas por uma sociedade misógina deve ser analisada por um ponto de vista crítico, uma vez que as mulheres em altas posições de poder estão cada vez mais expostas a diversos tipos de violência, tal como a violência política de gênero que se apresenta de inúmeras formas: física, sexual, psicológica, simbólica e econômica. Vale ressaltar que os ataques podem ocorrer em outros ambientes sociais, como igreja, família e escola. A pesquisa busca compreender os fatores que contribuem para a Violência Política de Gênero dentro do Congresso Nacional brasileiro, bem como a sua relação com a representatividade feminina nos espaços de poder. No que tange a metodologia, foi utilizada pesquisa exploratória a qual baseia-se em um levantamento bibliográfico por meio de leitura em livros, artigos científicos, pesquisas e estudo de caso. Ante o exposto, evidencia-se a importância de uma discussão mais abrangente sobre o tema, uma vez que a violência política de gênero, mesmo que recorrente entre as mulheres, ainda é bastante negligenciada pela sociedade civil, assim, este texto busca trazer um levantamento de ameaças à atuação política de mulheres no Brasil pós 2016, com o objetivo de localizar os debates, propostas e conceitos de Violência Política de Gênero trabalhados no Brasil.

Palavras-chave: Violência; Política de Gênero; Feminismo; Representatividade feminina.

⁵ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), yasmimoliveiraac@gmail.com

⁶ Doutora em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP, professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), ingrid.leao@uems.br



O QUÃO PERTO A ARTE ESTÁ DOS ALUNOS DO ENSINO PÚBLICO DE PARANAÍBA?

Paula Antunes Silva⁷

Amanda Cristina Danaga⁸

Resumo

Introdução: O intuito dessa pesquisa é discutir qual a função do ensino da disciplina de arte dentro das escolas públicas no município de Paranaíba-MS. O objetivo principal desta pesquisa é analisar o quanto jovens do ensino fundamental e médio estão inseridos num contexto artístico nas escolas e o quanto os mesmos percebem a possibilidade de serem autores e reflexos de sua própria subjetividade. **Objetivo:** Analisar o Currículo de Referência do Mato Grosso do Sul com a finalidade de abordar a relação entre ensino e aprendizado, além de refletir a metodologia e as reflexões que se estabelecem dentro desse contexto. **Metodologia:** A metodologia a ser utilizada para essa pesquisa constitui-se, basicamente, de revisão bibliográfica de obras que reflitam sobre arte e antropologia, analisar documentos que auxiliem a compreensão da disciplina de Arte no ensino estadual tendo como foco o município de Paranaíba e a análise interpretativa de diálogos estabelecidos entre a pesquisadora, discentes e docentes com objetivo de entender como se estabelece a relação dentro de sala de aula. **Resultados:** Por tratar-se de uma pesquisa de iniciação científica ainda em fase bastante inicial no qual requer aprovação do edital a qual foi submetida, deseja-se expor a importância de pensar a arte como ferramenta importante de transformação no ensino. **Conclusão:** A pesquisa, traz uma reflexão ainda pouco discutida. Procuramos compreender e analisar com mais profundidade como são estabelecidas as relações entre professor e aluno na disciplina de Arte, no ensino estadual de Paranaíba e como essas relações influenciam no que hoje entende-se como arte. Além disso, esperamos contribuir para o debate acerca da importância das artes na formação de jovens, as reflexões poderão ajudar aos que refletem o lugar que a matéria Arte ocupa no imaginário estudantil.

Palavras-chave: Artes; Ensino; Antropologia.

⁷ Discente do curso de Ciências Sociais (Licenciatura) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, 05424328113@academicos.uems.br

⁸ Orientadora, Doutora, Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, amanda.danaga@uems.br



TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O GENOCÍDIO INDÍGENA BRASILEIRO

João Gilberto Fonseca de Macedo(joaoemcristo@hotmail.com.br- Fipar e Unopar-
História e Direito)

Resumo

Este capítulo de livro é baseado em pesquisas realizadas no sentido de buscar compreender o contexto político, social e filosófico que passa o país e o fato de, até o momento do fechamento deste texto, o atual Presidente da República ter sofrido 6 (seis) representações no Tribunal Penal Internacional por Crimes de Genocídio e ou Crimes Contra a Humanidade. Tais representações possuem dois grandes eixos de denúncia: um eixo relacionado com a forma como foi realizada o manejo da Covid-19 no país e um segundo eixo relacionado aos ataques, sem precedentes, após a redemocratização com a CF/88 à população indígena do Brasil. As pesquisas buscaram demonstrar o desenvolvimento histórico do Tribunal Penal Internacional, os Tribunais Ad Hoc de Nuremberg, de Tóquio, de Ruanda e da Ex- Iugoslávia, como também, o Estatuto de Roma, que, finalmente, criou um Tribunal Penal Internacional permanente e o fato de o Brasil ser signatário do Estatuto de Roma. E no caso deste capítulo buscou demonstrar de maneira clara, objetiva, sobre a importância do Tribunal Penal Internacional, desde do momento histórico, o relato da Comissão Nacional da Verdade (CNV), do Relatório Figueiredo e da denuncia contra o Presidente Jair Bolsonaro, por crimes contra a humanidade, desmatamento da Amazônia, do genocídio indígena, como também, a matança de milhões de pessoas pela pandemia da Covid- 19.



EDUCAÇÃO INFANTIL: EM PAUTA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DE 2 E 3 ANOS POR UM VIÉS CRÍTICO

Andréia Lemos de Oliveira

(e-mail:andrealoleol@gmail.com – Unesp/Araraquara – Programa de Pós- Graduação em Educação Escolar - Doutorado)

Resumo

A alfabetização brasileira, tem sido alvo de debates no campo da educação escolar por décadas, sendo este debate limitado a questões metodológicas e mais recentemente de aprendizagem, entretanto, nos últimos anos a discussão tem ganhado destaque na Educação Infantil, afinal, questionamentos como: cabe a alfabetização na Educação Infantil? Como se alfabetiza na Educação Infantil? Que metodologia, método deve ser utilizado pelos professores da Educação Infantil na alfabetização? Apesar dos questionamentos, pouco avançamos no que tange a respostas que contemplem tais perguntas, pesquisas científicas elucidam que a realidade das crianças da Educação Infantil, no que tange a alfabetização ainda é bastante nebuloso e controverso. Nesse sentido, o artigo objetiva apresentar uma leitura crítica das atividades referentes a história clássica: *Os três porquinhos*, a partir do sistema apostilado “Coleção Saber”, adotado pela prefeitura de Cajamar, para crianças de 2 e 3 anos de idade, assim como do guia de orientações aos educadores. Para tanto, me valerei dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, da Teoria Histórico-Cultural no que tange a periodização do desenvolvimento infantil e da concepção da filosofia da linguagem e ideologia propostas por Volóchinov. Desse modo, pude averiguar a importância e o potencial da Teoria Histórico-Cultural, no que concerne o desenvolvimento das funções psíquicas superiores das crianças e das concepções da filosofia da linguagem e ideologia elucidadas por Volóchinov, em contraposição a elaboração de propostas curriculares enviesadas por concepções tradicionais e abordagens construtivistas, fragmentadas e ecléticas da alfabetização, tão presentes nos materiais apostilados da Educação Infantil, e amplamente defendidos e adotados pelos sistemas educacionais na atualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Alfabetização; Teoria Histórico-Cultural.



A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Fernanda Silva Ferreira (mariafer09@live.com – UEMS, Pedagogia)

Rosa Cristina Pereira Silva (kristinamgpba@hotmail.com – UEMS, Pedagogia)

Profª Drª. Maria Silvia Rosa Santana (mariasilvia@uems.br – UEMS)

Resumo

O presente trabalho objetiva proporcionar informações científicas em relação ao desenvolvimento psíquico da criança, considerando o meio social no qual ela está inserida. Busca debater em que medida as relações sociais propiciadas na Educação Infantil podem (ou não) favorecer o desenvolvimento integral da criança em direção às suas máximas possibilidades, a partir da adequada apropriação da cultura. Frisa que o desenvolvimento da criança não é natural, não depende de suas forças orgânicas, geradas geneticamente, possuindo grande dependência das relações vivenciadas. Considera a Educação Infantil como um meio especialmente privilegiado para a promoção do desenvolvimento das funções psíquicas superiores, de tal forma que oriente tal desenvolvimento de modo mais humanizador e complexo. Sendo assim, considerando o referencial teórico produzido pela Psicologia Histórico-Cultural, defende-se que o comportamento humano, especialmente as capacidades afetivas e cognitivas, é produto da relação dialética entre o indivíduo e o ambiente, proporcionado pelas relações sociais existentes. Desta forma, por meio de pesquisa bibliográfica em autores clássicos como Vigotski (2010) e Leontiev (2004), e autores contemporâneos como Santana e Mello (2017) e Mello (2015, 2016), acredita-se ser possível trazer material direcionado à cientificidade que deve orientar as práticas pedagógicas na Educação Infantil, qualificando as relações sociais que colocam a criança em contato com a cultura mais humanizadora. Sendo assim, dialoga-se com importantes teóricos que tratam sobre essa temática, trazendo o debate sobre a Pedologia, sendo esta a ciência que estuda a educação e os processos educativos. Fundamentais conceitos para a compreensão do desenvolvimento infantil emergem desse diálogo, como meio, cultura, vivência, linguagem. Portanto, como resultado desta pesquisa, destaca-se aqui que cientificamente é comprovado que a criança, tendo acesso a relações sociais humanizadas, que permitem adequada apropriação de formas complexas da cultura, possui suas funções psíquicas superiores mais desenvolvidas, o que permite uma inserção mais ativa nas próprias relações sociais. Conclui-se, com a realização deste trabalho, que o necessário debate sobre a importância da relação social na promoção do desenvolvimento infantil exige da Educação Infantil uma prática pedagógica mais intencional, desenvolvente, destacando o papel social do educador como organizador das relações sociais, culturalmente mediadas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Meio Social; Educação Infantil.



A TEORIA X PRÁTICA: DESAFIOS DOS PIBIDIANOS NA ESCOLA

Paula Antunes Silva⁹

Esp. Hellen Ferreira da Silva Miziara¹⁰

Resumo

Introdução: As abordagens e discussões pedagógicas durante uma graduação de licenciatura, devem apontar teorias para refletir acerca das metodologias nas práticas. No qual serão usadas no ensino básico e por toda formação do sujeito, principalmente no ensino médio, onde esse debate tem dever de estimular o discente a sua jornada acadêmica e inclusão ao mundo do trabalho, assim temos projetos tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID, que tem como objetivo a inclusão de universitários nas escolas da rede pública para exercício do magistério, assim estes podem antecipar o vínculo, a eles é ofertado bolsas, para que eles se dediquem ao estágio, quando graduados, se comprometam com o exercício da docência. A escolha do tema se deu por ambos os pesquisadores serem participantes do projeto e dividirem o gosto pelo exercício da docência. **Objetivo:** Debater os desafios entre teoria x prática no desenvolvimento do PIBID, bem como incentivar a formação docente de alunos do ensino superior do curso de licenciatura em Ciências Sociais estabelecendo um contato direto com alunos do ensino médio através das aulas de sociologia. **Metodologia:** A pesquisa é exploratória, envolvendo o levantamento bibliográfico e experiência de campo. Textos com base em referências e debates de autores nacionais e estrangeiros, logo após desenvolver atividades e alternativas que poderiam ser trabalhadas de forma coletiva na intenção de sanar as dúvidas dos estudantes. **Resultados:** Por tratar-se de um trabalho em fase bastante inicial no qual requer mais experiência para desenvolver maior relação entre os alunos espero que a apresentação desse trabalho seja um ponto de partida para estabelecer um diálogo acerca da melhor forma de abordagem. **Conclusão:** O PIBID é uma iniciativa extremamente importante para que docentes do curso de licenciatura de Ciências Sociais possam estabelecer contato com a última etapa do ensino básico e assim poder elaborar estratégias junto aos supervisores acadêmico e de campo que os orienta para assim contribuir para a melhora da qualidade de ensino nessa fase, junção de teoria e prática.

Palavras-chave: PIBID; Ensino; Sociologia.

⁹ Discente do curso de Ciências Sociais (Licenciatura) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, 05424328113@academicos.uems.br

¹⁰ Mestranda em educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, j_xmem@hotmail.com



INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAÍBA-MS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lorannoelly Vargas Costa Paz¹¹
Hellen Ferreira da Silva Miziara¹²

Resumo

Introdução: Com o advento da Lei 13.935/2019, que determina a inclusão de profissionais de Psicologia e Serviço Social em redes públicas de educação básica, tem-se procurado formas de inserção destas categorias que possuem significativa contribuição para a Área Educacional. No município de Paranaíba-MS a viabilidade da inserção dos referidos profissionais se deu por meio da criação de equipe multiprofissional RAE (Rede de Apoio Educacional: avaliação e intervenção) pela Resolução 014/Semed/2023, voltada para atendimentos dos alunos da Rede Municipal de Educação (escola e Ceinfs), com dificuldades acentuadas de aprendizagem, vulnerabilidades sociais e psicológicas. A Equipe conta com pouco mais de um ano de atuação tendo iniciado seus atendimentos em fevereiro do ano de 2022. **Objetivo:** Debater os desafios e possibilidades no processo de inclusão desses profissionais, bem como sua importância para uma educação de forma integral como visa LDB, BNCC e ECA. **Metodologia:** A pesquisa é de cunho bibliográfico e experiência de campo da atuação de ambas categorias profissionais, além das produções teóricas da contribuição desses saberes ao campo educacional, bem como as produções de equipes já atuantes nessa área. **Resultados:** A Rede de apoio-RAE está em fase inicial de implantação e efetivação, requerendo maior tempo para a sistematização de dados em larga escala. Contudo, já há dados parciais que demonstram a importância dos trabalhos desenvolvidos até o presente momento. **Conclusão:** Evidencia-se a importância de dar a sociedade a devolutiva da implantação dessa proposta (Equipe RAE) ressaltando a importância que estes profissionais tem para atendimento integral dessas crianças e adolescentes nas escolas e, conseqüente contribuição para o processo educacional.

Palavras-chave: Psicólogo; Assistente social; Educação.

¹¹ Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Curso de Mestrado em Psicologia pela UFMS (2015). Graduada em Psicologia-Bacharel no ano de 2011, pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. loranpaz@yahoo.com.br.

¹² Mestranda em educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Graduada em Ciências Sociais, pela UEMS. j_xmem@hotmail.com



EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA NA UEMS DE PARANAÍBA

Aldaisa Souza Duarte (aldaisaduarte2018@gmail.com – UEMS - Paranaíba, Ciências Sociais)¹³

Resumo

Este texto objetiva apresentar o relato de experiência da presente autora pela atuação como monitora bolsista no Programa Institucional de Monitoria (PIM), realizado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Paranaíba. Os trabalhos foram realizados entre as datas do dia 11/04/2022 e 30/11/2022, com uma carga horária semanal de 8 horas, sendo que a monitoria foi realizada na disciplina de “Currículo: teoria, políticas e práticas” do 3º ano de Pedagogia. A metodologia se constituiu em revisões bibliográficas, leituras e fichamentos de textos científicos, filmes e vídeos pertinentes a disciplina. Percebeu-se que em parte os textos e demais documentos já haviam sido estudados no ano em que a monitora realizou a disciplina. No entanto constata-se que as releituras foram importantes para reforçar a compreensão das teorias discutidas, pois considera-se neste trabalho questões memoriais e sobretudo advindas da defasagem no aprendizado a qual fora a discente submetida aos estudos universitários de modo remoto – num ambiente sem preparo - por causa da Pandemia de Covid-19. Além do reforço nos estudos, a monitora conseguiu dialogar diretamente com os estudantes, por intermédio de plataformas virtuais e pessoalmente em sala de aula, com o intuito de sanar dúvidas referente a disciplina monitorada. Destaca-se a sensação do sentimento de ser professora universitária que a monitora obteve, uma vez que a mesma realizou slides - com pontos importantes que foram questionados em provas da disciplina - e os apresentou de maneira explicativa e dialógica uma hora antes da aplicação destas avaliações. Obteve-se então uma vivência, a qual se percebeu que os estudantes precisavam da monitoria naquele momento – vezes estas que dizemos ser tensa aos estudantes – para esclarecer questões que ainda não os pareciam entendida. Conclui-se que o PIM foi essencial para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizado da monitora, haja vista que a mesma conseguiu aprofundar e aprimorar estudos teóricos, bem como elaborar e explicar slides de forma didática com os estudantes, além de contribuir para a apreensão do conhecimento científico destes.

Palavras-chave. Monitoria; Ensino-aprendizagem; PIM.

¹³ Graduada em Pedagogia, pela UEMS – Paranaíba.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laís Fernanda Podscan Gavioli¹⁴

Lucélia Tavares Guimarães²

Resumo

Em síntese, no seguinte trabalho, apresenta-se um relato de pesquisa oriundo das atividades de monitoria realizado na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, na unidade de Paranaíba, entre o período de abril a novembro do ano letivo de 2022, destinado aos alunos e alunas do segundo ano do curso de Pedagogia, na disciplina de Política Educacional. Objetiva-se trazer breves reflexões acerca das experiências obtidas como aluna monitora, das quais o déficit de procura pelos atendimentos foi um fator decorrente que chamou a atenção. A hipótese pela baixa procura se baseia no materialismo histórico dialético, a partir de eixos de análises voltados para o trabalho, alienação e emancipação, considerando as relações marxistas, na realidade do aluno trabalhador, onde só há resultados se a atividade estiver vinculada com a avaliação. A partir dessas ideias, espera-se que os estudantes tenham consciência e vejam a monitoria como uma oportunidade de expandir seus conhecimentos e experiências acadêmicas, colocando em prática seu pensamento crítico e aprofundando-se na teoria. Para o desenvolvimento deste trabalho, o caminho metodológico da investigação envolveu estudos a partir da revisão bibliográfica, fundamentado na leitura de outros relatos de experiências de monitoria na Universidade e em autores marxistas, além dos relatórios da monitoria.

Palavras-chave: Monitoria; Trabalho; Relato de experiência.

¹⁴ Laís Fernanda Podscan Gavioli. laispodscan@gmail.com. Discente do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS.

² Dra. Lucélia Tavares Guimarães . luguimaraes@uems.br. Docente do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS.



RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS E APRENDIZADOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA DURANTE A PANDEMIA

Bruna Arantes Santos (brunaarantes42@gmail.com – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ciências Sociais - Licenciatura)

Resumo

O presente resumo pretende apresentar experiências vividas durante o programa de Residência Pedagógica, seus desafios e aprendizados. Este programa é financiado pelo Governo Federal através da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, neste caso, as Ciências Sociais que habilita o indivíduo para lecionar aulas na disciplina de sociologia no Ensino Médio. Estudantes cursando a segunda metade de seu curso tem a oportunidade de vivenciar um pouco do dia a dia docente do ensino básico e dentre as atividades desenvolvidas estão a elaboração dos planos de aula, regências, bem como intervenções pedagógicas, sempre monitoradas pelo professor da disciplina de formação do licenciando e orientada por outro professor da sua instituição formadora. Nos anos de 2020 e 2021 acometidos pela pandemia causada pelo vírus COVID - 19, desenvolvemos o programa de forma remota devido a suspensão das aulas presenciais em todo país. Desenvolvi a residência na Escola Estadual José Garcia Leal na cidade de Paranaíba, localizada no interior do estado de Mato Grosso do Sul, onde parte dos estudantes matriculados residiam em áreas sem acesso a internet ou equipamentos que viabilizassem o ensino a distância (celular, tablet, computadores e afins) logo, o ensino tornou – se desafiador pois o acesso era nosso maior obstáculo para manter a comunicação com os alunos. As aulas aconteciam uma vez por semana pela plataforma Google Meet em uma reunião simultânea entre professora, alunos e residentes. Entretanto, nem todos os alunos conseguiam acompanhar o conteúdo dessa forma, então começamos a utilizar o Google Sala de Aula que possibilita a organização do conteúdo como armazenamento de aulas gravadas (produzidas pela professora e por nós residentes), textos e atividades. Desta maneira, o conteúdo gravado poderia ser acessado a qualquer momento pelos alunos, as atividades eram desenvolvidas por eles, corrigidas pela professora e durante as aulas simultâneas as dúvidas eram sanadas. Os novos modelos de desenvolvimento das práticas pedagógicas e da construção de conteúdo nos proporcionou uma nova experiência enriquecendo assim nosso escopo de atuação e nossa capacidade de reformular as práticas pedagógicas.

Palavra – chave: Prática pedagógica; residência pedagógica; sociologia.